



Editorial / Editorial

Remando Contra a Maré: A Logística Reversa como Alternativa a um Sistema Excludente e Imediatista

Paddling Against the Tide: An Alternative to An Excluding and Immediatist System

Por Alexandre Maduro-Abreu^a

^aEditor Responsável, Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade
alexmaduro@ig.com.br

Resulta difícil entender a sociedade moderna sem fazer uma analogia com a fábula da formiga e a cigarra. Por um lado, a consolidação de um processo contínuo de acumulação, onde a solidariedade e a cooperação são restritas ao grupo, características das formigas. Por outro, a visão restrita e imediatista que norteia a vida das cigarras. Nossa sociedade caminhou no sentido de agir como as formigas, mas com a visão das cigarras.

A propostas em torno do tema desenvolvimento sustentável demonstram ser uma opção para repensar e redirecionar a nossa trajetória, não necessariamente para criar um novo modelo dominante, mas para aperfeiçoar o existente. Para isso é preciso pensar e agir a longo prazo e de maneira inclusiva e integradora.

O delineamento conceitual do capitalismo já foi objeto de estudo em diversos momentos diferentes da história contemporânea. A premissa básica que o sustenta parece, na maior parte da literatura, convergir para a "acumulação de riquezas derivadas dos esforços de trabalhos passados, ainda não gastos" alimentado por um consumismo imediato e intenso. Para Wallerstein, o capitalismo é um sistema histórico social que necessita de reserva acumulada de capital, força de trabalho para transformação de insumos em produtos, redes de distribuidores, demandas dos consumidores e acúmulo de mais capital (lucro) retroalimentando o circuito.

As várias propostas de desenvolvimento sustentável que surgiram na literatura têm suas origens relacionadas às primeiras críticas sobre a eficiência desta lógica e ordem econômica dominante. Decerto, essas discussões intensificaram-se – pelo viés ambiental - a partir de questionamentos sobre os resultados do modelo de crescimento econômico implementado, principalmente, nos países modernos que levaram adiante um projeto nacional de desenvolvimento, no pós-guerra. Essas nações foram caracterizadas por uma presença marcante do Estado nas relações da sociedade e não sacrificaram seus objetivos econômicos em detrimento da finitude da sua base de recursos naturais. Ao contrário, apropriaram-se dela para intensificar a agropecuária e a indústria de transformação em um processo indiscriminado de extração e pilhagem.

Os efeitos desse modelo não se restringem às consequências da apropriação dos recursos naturais, estendem-se à sua transformação, ou seja, à poluição provocada pelos resíduos gerados nos processos produtivos que os convertem em bens econômicos. Dá-se assim, um círculo vicioso de produção, degradação ambiental e acumulação de capital por parte de uma minoria. Os recursos naturais são extraídos para serem utilizados como matéria-prima - provocando desequilíbrio nas funções ambientais – na produção de bens que irão atender as demandas do mercado. Os desperdícios e sobras desse processo retornam ao meio ambiente, comprometendo a sustentabilidade ecológica. Por fim, os responsáveis por incrementar este processo concentram em suas mãos a maior parte do capital gerado.

A degradação ambiental impacta claramente na qualidade de vida das populações humanas. Visto por um olhar sociocultural, as interrogações sobre as consequências deste modelo econômico transcendem a relação entre meio ambiente e sociedade, e resvalam na incapacidade dele permitir a participação da população, como um todo, no processo produtivo formal. Mesmo nos países que firmaram um projeto de desenvolvimento, pactuando internamente investimentos em educação, não foi possível atender toda a comunidade, mantendo-se as diferenças sociais.

Aperfeiçoar o sistema dominante significa interferir na lógica individualista e imediatista e no processo de produção e consumo que o mantém. Dentre as várias propostas que já surgiram e demonstram efeitos para contribuir com a sustentabilidade ambiental, social e econômica, destacam-se as ações norteadas pelos princípios da logística reversa. A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS define logística reversa como “instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.”.

Ao mesmo tempo em que se abandona a visão imediatista, pois se concentra no ciclo de vida do produto, como um todo, e a longo prazo, abre-se espaço para que outros grupos (p.e: cooperativa de catadores) possam participar do ciclo, contribuindo com a inclusão social, geração de renda e a preservação ecológica. O

robusto dossiê desta edição da ReGIS, organizado pela Professora Patricia Guarnieri, uma das principais especialistas do País na área de logística reversa, apresenta uma série de onze artigos científicos, três ensaios de opinião e uma entrevista sobre o tema. A intenção é difundir ações e ideias sobre uma área definitivamente importante para aprimorar um modelo de produção/consumo que já demonstrou suas limitações e que necessita ser repensado e redirecionado para uma perspectiva mais sustentável.